

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.012, DE 2003

Cria o Serviço Municipal de Transparência Postal (SMTP) e dá outras providências.

**Autor:** Deputado LUIZ COUTO

**Relator:** Deputado GERALDO SIMÕES

### I – RELATÓRIO

Pelo presente projeto de lei, cria-se o “Serviço Municipal de Transparência Postal”, destinado a veicular informações acerca dos recursos repassados pelo Governo Federal aos Municípios, a ser implantado nas Agências dos Correios em todo o território nacional.

O projeto foi distribuído, ainda em 2003, à CCTCI – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, mas não chegou a ser apreciado, já em 2004, o parecer da lavra do Deputado IRIS SIMÕES. Em 2007, após o regular desarquivamento, o projeto foi afinal aprovado naquele Órgão Técnico, com Substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado PAULO HENRIQUE LUSTOSA.

A seguir, as proposições foram aprovadas na CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do parecer da relatora, Deputada VANESSA GRAZZIOTIN (2008).

Ainda, em 2008, as proposições vieram à análise desta douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas não chegou a ser apreciado então o parecer (em anexo) do Deputado CARLOS WILLIAN (2009). Em 2012, novamente não chegou a ser apreciado o parecer do Relator designado, Deputado OTONIEL LIMA (em anexo).

As proposições encontram-se ainda neste Órgão Colegiado, onde aguardam parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois são autorizados órgãos federais a tomarem medidas para a implantação do SMTP – Serviço Municipal de Transparência Postal. A matéria inclui-se entre as da competência do Congresso Nacional e não há reserva de iniciativa (CF, art. 48, *caput*).

Sem problemas no terreno jurídico, o projeto original necessita apenas de aperfeiçoamento da técnica legislativa, para o que oferecemos as emendas anexas.

Passando ao Substitutivo da CCTCI ao projeto, nota-se que o mesmo é claramente inconstitucional.

Com efeito, o § 2º a ser acrescentado ao art. 38 do diploma legal, alterado pelo art. 2º da proposição, dá atribuição explícita ao Poder Executivo, em ofensa ao princípio da separação dos Poderes (CF, art. 2º).

Além do mais, a proposição cria ônus para as emissoras que prestam serviço de radiodifusão sonora, sem previsão de compensação financeira (alínea “j” acrescentada ao art. 38 da Lei nº 4.117/62 pelo art. 2º do projeto). Há, então, intervenção abusiva na atividade econômica, neste sentido (CF, art. 170, *caput*).

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, na redação dada pelas emendas anexas, do Projeto de Lei nº 2.012, de 2003, e pela inconstitucionalidade do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI.

É o voto.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado GERALDO SIMÕES  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.012, DE 2003**

Cria o Serviço Municipal de  
Transparência Postal (SMTP) e dá outras  
providências.

**Autor:** Deputado LUIZ COUTO

### **EMENDA Nº 1 DO RELATOR**

Os incisos I e II do § 1º do art. 1º do projeto em epígrafe  
passam a se constituir em §§ 2º e 3º.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado GERALDO SIMÕES  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.012, DE 2003

Cria o Serviço Municipal de Transparência Postal (SMTP) e dá outras providências.

**Autor:** Deputado LUIZ COUTO

### EMENDA Nº 2 DO RELATOR

No (novo) § 3º do art. 1º do projeto em epígrafe, substitua-se a expressão “inciso I” por “§ 2º”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado GERALDO SIMÕES  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.012, DE 2003**

Cria o Serviço Municipal de  
Transparência Postal (SMTP) e dá outras  
providências.

**Autor:** Deputado LUIZ COUTO

### **EMENDA Nº 3 DO RELATOR**

No (novo) § 2º do art. 1º do projeto, substitua-se a  
expressão “20 mil” por “vinte mil”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado GERALDO SIMÕES  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.012, DE 2003

Cria o Serviço Municipal de  
Transparência Postal (SMTP) e dá outras  
providências.

**Autor:** Deputado LUIZ COUTO

### EMENDA Nº 4 DO RELATOR

No art. 3º, *caput*, do projeto, substitua-se a expressão  
“30%” por “trinta por cento”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado GERALDO SIMÕES  
Relator